



**Universidade
Estadual de Londrina**

ELIANE DIAS PANASOL

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE NO
ESTADO DO PARANÁ 2007-2010**

LONDRINA - PARANÁ
2010

ELIANE DIAS PANASOL

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE NO
ESTADO DO PARANÁ 2007-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof. Dra. Eliane Cleide da
Silva Czernisz

LONDRINA - PR
2010

ELIANE DIAS PANASOL

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE NO ESTADO
DO PARANÁ 2007-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Londrina, ____ de ____ de 2010.

DEDICATÓRIA

A todos que ficaram ao meu lado, me apoiaram, me motivaram a percorrer este caminho, um desafio, alcançado e superado graças a vocês e principalmente a Deus. Todos ajudaram a tornar esse sonho realidade.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito importante, afinal, esta conquista deve ser compartilhada com muitas pessoas, que contribuíram com conhecimentos, ensinamentos, palavras de força, de incentivo, e de ajuda.

Agradeço imensamente a Deus, pois através dele tive força e coragem para chegar até aqui, sendo meu abrigo seguro nos momentos difíceis. Em gratidão espero com sabedoria exercitar minha profissão.

A grande Orientadora Eliane Cleide, que além de Doutora é um exemplo de ser, muito dedicada ao que faz, e que muito me ajudou neste período conturbado, em que tantas coisas aconteceram, mas ela com seu equilíbrio sempre me tranquilizou.

Família, quão importante foi e é, sempre sendo o porto seguro, a compreensão pela ausência, pela ajuda nas horas de desespero, de quase desmoronamento, você é a base que não deixa a fortaleza cair.

Meu esposo, tão companheiro, que sempre me motivou que nunca deixou de acreditar em mim, e assim possibilitou a nós mais uma conquista, a realização de mais um sonho.

A todos do ambiente acadêmico, professores, amigos, que colaboraram esta conquista, que nos deram força, que nunca nos deixaram desanimar, e tornaram este percurso prazeroso, grandioso e inesquecível.

“Tente mover o mundo o primeiro passo será
mover a si mesmo.”
Platão

PANASOL, Eliane Dias. **Educação profissional e formação docente no estado do Paraná 2007-2010**. 2010. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

Neste trabalho o objetivo é discutir a formação docente para a educação profissional. Esta preocupação surge com o entendimento de que é necessário preparar o cidadão/trabalhador, procurando questionar: Quais as políticas/programas existentes para a formação docente que irá atuar na educação profissional? Para realizar essa pesquisa optamos por trabalhar com discussão e pesquisa bibliográfica e com análise de documentos. No primeiro capítulo apresentamos a educação, sua função, o trabalho e sua relação com a educação e neste processo a função do currículo na formação do homem. A evolução dos modos de produção e a relação entre o modo de produção capitalista e a escola são relatadas buscando entendimento de como se estabelece a relação entre trabalho e educação. A ação do Estado na promoção da educação onilateral é discutida no terceiro capítulo com o objetivo de entender como foi o movimento das políticas do Estado voltadas para o Ensino Médio Integrado no Paraná, sendo estas norteadoras da formação docente e dos alunos. Com isso nos foi revelado a concepção de formação profissional é orientada pela onilateralidade. O presente estudo contribui para a formação, demonstrando a importância de uma atuação docente de forma integrada entre ensino profissionalizante, cultura e ciência.

Palavras-chave: Ensino Médio e Profissional. Formação Docente. Trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	12
1.1 EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO	16
1.2 A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA E A ESCOLA.....	20
2 ESTADO E EDUCAÇÃO	22
3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO	30
3.1 INICIATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso estudou-se a formação do professor da educação profissional no Estado do Paraná. Como pode ser verificado, rememorando a história das políticas educacionais que aborda a educação profissional brasileira, a atuação nesta área sempre se fez por professores que não possuíam formação. Oriundos do bacharelado, muitos profissionais contribuíram com a formação profissional que se processou no antigo segundo grau, hoje ensino médio e profissional integrado ou subsequente. A formação tratada neste trabalho é a formação continuada.

As instituições de ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio têm como objetivo desenvolver os seus respectivos alunos uma formação que objetive que se tornem cidadãos conscientes da sociedade, e que os prepare para atuarem no mundo em que vivem e no trabalho.

No âmbito da relação entre trabalho e educação a busca é pela formação de indivíduos autônomos, criativos, visando o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno. Os cursos são estruturados considerando-se as demandas de produtividade, porém, espera-se também que os alunos possam adquirir na escola valores, cultura, disciplina, respeito à hierarquia, estabelecendo sempre o diálogo, para que possam conviver na sociedade e no trabalho.

Na sociedade desigual em que vive o homem, pensar a educação profissional envolve grandes desafios, mas é necessário promover uma educação integrada, aliando conhecimento e cultura, criando pontes entre o trabalho e a escola. A preocupação maior é a mediação entre as exigências da vida real e as necessidades de uma formação que considere também o conteúdo humano. Há que ser ressaltada a necessidade também, de que além de uma sólida fundamentação também são fundamentais as condições de estruturar as ações da organização pedagógica de modo a possibilitar compreensão e assimilação de conteúdos para o qual é necessário um bom planejamento pedagógico, a utilização de conhecimentos historicamente acumulados, uma boa utilização de recursos como: estímulos audiovisuais e informática, por exemplo, ações que permitem aproximar o aluno aos saberes considerados necessários para a profissionalização.

Por estes motivos, é de grande relevância a formação do educador do ensino profissionalizante. Além dos referenciais teóricos e da abrangência do conteúdo científico, o profissional precisa desenvolver habilidades de pesquisa, de experimentação e de utilização de ferramentas da informática e da robótica. Necessita compreender as relações e os nexos entre os processos econômicos e sociais que ocorrem no mundo, no país e na localidade, o que implica em ser um bom leitor de livros, para entender aspectos relacionados à cultura, a história, a geografia, a arte, a estética, a ética.

Para que o educador atinja seu compromisso ético, político e social é imprescindível fazer valer ou criar políticas públicas que auxiliem no alcance do seu objetivo profissional, sendo este o motivo da escolha do objeto de estudo, a formação do docente da educação profissional. Assim sendo, questiona-se o seguinte: Diante das exigências educativas contemporâneas que formação foi promovida pela rede estadual paranaense para os professores que atuam na educação profissional no governo Requião que compreende o período de 2007 a 2010?

Este é um trabalho importante para que se possa adquirir condição de conhecer, refletir e compreender as ações em prol da formação de docentes da educação profissional. Os pedagogos atuam nas escolas estaduais que ofertam educação profissional integrada ou subsequente e é papel do pedagogo desenvolver na escola ações de estudo que visem a formação continuada de professores para a qual esta reflexão é fundamental.

Há que ser ressaltado que as ações realizadas em razão da formação profissional no governo em questão objetiva atender uma nova proposta de educação profissional que tem o trabalho como princípio educativo, que visa um preparo que supere o fazer instrumental, formando o trabalhador que consiga situar-se como homem, cidadão, profissional e que possa compreender seu mundo e o direito de agir nele. Por isso também reafirma-se a importância em obter dados sobre os pressupostos orientadores dessa formação, pois serão eles necessários para orientar o trabalho em sala de aula a partir inclusive da recomposição do currículo em um trabalho mais integrado. Para o curso de pedagogia a contribuição é pensar a atuação do pedagogo, vislumbrando novas possibilidades para formar o homem autônomo que sempre se almeja nos discursos.

Deste modo, o objetivo geral desse trabalho foi levantar dados sobre a formação continuada dos docentes da educação profissional no governo Requião. A partir daí, como objetivos específicos podem ser destacados: analisar os pressupostos orientadores da reforma, e discutir a concepção de formação profissional.

Com o intuito de atender a proposta de pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica e análise de documentos e legislação disponibilizados na web pela Secretaria Estadual de Educação no Departamento de Educação e Trabalho, no qual se buscou subsídios teóricos em estudos e pesquisas de autores que discutem o tema. Com objetivo de apresentar os resultados da pesquisa o trabalho foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo analisa-se a partir do ponto de vista de alguns autores, a educação e a sua função, o trabalho e sua relação com a educação, e neste processo a função do currículo na formação do homem. A evolução dos modos de produção e a relação entre o modo de produção capitalista e a escola são relatadas buscando entendimento de como se estabelece a relação entre trabalho e educação.

Com o segundo capítulo propõe-se refletir sobre o papel do Estado aliado a educação e ao trabalho, que é o responsável pelo direcionamento da organização da sociedade e a ação do Estado na promoção da educação onilateral.

O terceiro capítulo aborda “As políticas públicas do estado do Paraná e o ensino médio integrado” cujo objetivo é entender como foi o movimento de algumas das políticas do Estado voltadas para o Ensino Médio Integrado, sendo estas norteadoras da formação docente e dos alunos.

As considerações realizadas a partir deste estudo estão abalizadas nos objetivos como o de analisar os pressupostos orientadores da formação docente, e discutir a concepção de formação profissional, sendo possível identificar a formação continuada na educação profissional centrada na discussão para a fundamentação na formação unilateral, e, que as ações do estado para a formação docente foram variadas, visando atender o maior número de docentes possíveis através das formas presencial e a distância, contribuindo para a formação da fundamentação da equipe de ensino.

O tema abordado nesta pesquisa abre várias possibilidades de análises e questionamentos, que este Trabalho de Conclusão de Curso certamente não dará

conta de abranger. Porém, incita o leitor para o tema, como proposta de reflexão e de futuras pesquisas relacionadas à formação docente para aqueles que atuarão no ensino profissionalizante e as respectivas políticas educacionais promovidas pelo Estado.

1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Este capítulo apresenta a discussão sobre a educação e sua relação com o trabalho. Compreende-se a sua importância porque a dissociação dos temas observando o contexto histórico não é possível, pois a escola atual, onde se processa a educação situa-se na sociedade capitalista cujas formas de organização e gestão da produção seguem o curso do sistema de acumulação o que irá influenciar nas práticas educativas.

A educação surge com objetivo de transformar o sujeito, de socializar o conhecimento. De uma forma geral, neste processo temos alguém ensinando e alguém aprendendo (LIBÂNEO, 2000).

Segundo Piassa (2006), a educação é o processo de formação humana que consiste na transmissão de um legado cultural de uma geração para outra a fim de que se tenha uma existência mais confortável, já que na visão de Freire (1989), os homens nascem adaptados a se adaptarem e é através da educação que eles aprendem a sobreviver. A educação, portanto, é concebida como agente de transformação do homem em cidadão, promovendo assim o desenvolvimento humano. Por este motivo julga-se ser necessária a discussão sobre como a organização da educação básica é influenciada pelos modos de produção visando a formação do cidadão-trabalhador.

Neste processo há um movimento de busca pela educação da formação unilateral do homem. Bock et al (1993), destacam que para Marx, a educação existe para se humanizar o homem, considerando que o homem é um produto histórico, que se torna humano em função de ser social, e é o conjunto de suas relações sociais.

Na sociedade capitalista, a educação é tratada como mercadoria, visando a relação custo e benefício, onde é tida também como um trabalho não material cuja matéria-prima é a consciência do aluno, as ferramentas estão associadas ao conhecimento, e o produto seria a consciência crítica do aluno perante a realidade.

Sabendo que o homem aprende a ser homem na relação com os outros homens, Piéron (1969), considera o trabalho e as relações sociais meios necessários para a vida, envolvendo aspectos biológicos, linguagens, e a própria subjetividade na formação de um sujeito multideterminado, e, a partir da educação

será possível desenvolver a consciência do mesmo, e ele fará a construção interna de conceitos e representações sobre o mundo objetivo, a realidade.

Para a formação desse homem é preciso definir os ideais políticos, econômicos e sociais que se quer manter, e assim delimitar os conhecimentos científicos que serão aplicados na escola, e considerando uma parcela do universo cultural tem-se uma seleção de conhecimentos básicos imprescindíveis para alcançarmos este objetivo.

Esta seleção de conteúdos denomina-se currículo, que possui seqüência e dosagem de cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem, ele compreende também conhecimentos, idéias, hábitos, valores, convicções. Supõe técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos, entre outros, dispostos em conjuntos, matérias, disciplinas escolares e respectivos programas com indicações de atividades e experiências para sua consolidação e avaliação.

Busca-se o ideal de ser humano, e o currículo que visa essa formação é construído a partir de conhecimentos de filosóficos, psicológicos e sociológicos, ou seja, há fundamentação teórica e objetivos definidos, com os respectivos conteúdos e metodologia, abrangendo o tempo, espaço e avaliação necessários para realização das atividades.

O currículo proporciona a reinvenção da cultura num processo de lutas de diversas dimensões, conflitos, com decisões necessariamente negociadas conforme demanda, logo, a organização curricular supõe a organização do trabalho pedagógico, isto implica em aspectos ligados à seleção de conteúdos, métodos, procedimentos, técnicas, recursos empregados na educação escolar, promovendo o saber, o ensino-aprendizagem.

Sacristán (1998) entende o currículo como processo, pois envolve o âmbito das decisões políticas e administrativas: o currículo prescrito e regulamentado; as práticas de desenvolvimento, modelos em materiais, guias: o currículo planejado para professores e alunos; as práticas organizativas: o currículo organizado no contexto de uma escola; a reelaboração na prática – transformações de pensamento e no plano dos professores, e nas tarefas escolares: o currículo em ação; e as práticas de controle internas e externas: o currículo avaliado.

Nesta questão torna-se necessário ao pedagogo desenvolver o currículo na ação como um espaço de consolidação do processo de ensino-aprendizagem, a razão de ser da própria instituição escolar, um espaço de maior participação dos

professores nas decisões, o que requer necessariamente, investimento efetivo na sua formação, para permitir-lhes igualdade de condições nas negociações: fundamentação teórica sobre os diversos aspectos constituintes do desenvolvimento do processo pedagógico; domínio das concepções de currículo e suas implicações práticas; visão de conjunto do sistema educacional, diagnóstico preciso de seus principais problemas e acesso às possibilidades de solução (SAVIANI, 2003).

É preciso organizar o tempo e os espaços escolares propondo condições de ensino-aprendizagem considerando as necessidades especiais, o todo, incluindo o preparo para a execução e avaliação das atividades, levando em conta a diversidade dos alunos através da mediação pedagógica, observando a proximidade/distanciamento entre os objetivos educacionais proclamados e os efetivamente perseguidos e realizados.

Imprescindível se faz aos envolvidos do processo escolar ter o conhecimento dos fundamentos teóricos e históricos dos processos de elaboração e implementação do currículo, já que dizem respeito à organização do trabalho pedagógico, a sua função como um todo, pois este conhecimento seria um primeiro passo que levaria a união a fim de deflagrar-se um amplo e efetivo movimento de educadores, estudantes e de toda a população, em suas organizações, com objetivo de melhoria das condições de funcionamento das escolas e condições de trabalho para o professor.

Com o materialismo histórico dialético é possível observar a concepção da existência de indivíduos vivos organizados fisicamente entre si e com a natureza, há distinção dos animais, pois produzem seus meios de vida através da sua organização e da natureza dos próprios meios de vidas encontrados e a reproduzir. Esta relação depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno, onde não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX, 1981).

Segundo Neves (2005), na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o homem está envolvido em relações sociais inteiramente interligadas às forças produtivas, que é formado por tudo aquilo que permite a produção, e conseqüentemente há relações de produção que abrangem os proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem a força de trabalho – o homem. As forças produtivas são consideradas a base material ou econômica que constitui a "infra-estrutura" da sociedade, que exerce influência direta na "superestrutura", ou

seja, nas instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a moral). E a evolução de um modo de produção depende do desenvolvimento das forças produtivas e da luta entre as classes sociais, então temos uma base material, econômica e que segue um movimento dialético, pois a cada mudança na relação produtiva, há mudança nas leis, na cultura na literatura, na educação, nas artes, na sociedade como um todo. Considera-se que esta concepção propõe uma disputa feita pelos indivíduos de acordo com os interesses que possuem, destruindo e construindo modelos de sociedade, sendo assim vistos como objetos fundamentais da história.

Manacorda (1991) afirma que diante desta realidade de alienação humana, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação, conseqüentemente haverá uma capacidade produtiva e um aproveitamento de bens materiais e espirituais, abolindo assim a sujeição do homem a realização de uma única atividade por toda sua vida.

Pode-se destacar ainda nas explicações de Manacorda (1991) que na onilateralidade há um desenvolvimento dos indivíduos por completo, constrói-se a liberdade do trabalhador para se aperfeiçoar e se dedicar ao lazer, pois o ensino proporciona o crescimento no que se refere a conhecimentos, habilidades, atitudes e resultados nos seguintes âmbitos: intelectual, técnico e físico, com objetivo de superação da sua condição atual perante a sociedade. O homem não deverá somente aprender uma profissão, mas compreender o processo de produção e organização do trabalho, além dos aspectos práticos de vários ofícios, para superar a especialização à qual está condenado; desta maneira ele poderá superar a alienação e ter uma recolocação profissional, já que estará habilitado, capacitado no maior número possível de ramos de trabalho.

A partir dos argumentos do referido autor, é justo inferir que a educação tem papel fundamental no processo de emancipação do homem, pois une o ato produtivo e o ato educativo, levando em conta que o indivíduo não pode desenvolver-se onilateralmente se não há uma totalidade de forças produtivas, e uma totalidade de forças produtivas não pode ser dominada a não ser pela totalidade dos indivíduos livremente associados.

Sendo que essa totalidade, na visão de Manacorda (1991) representa capacidade de consumo, que estão submetidas aos próprios controles de

comunidade, sendo um produto da própria história. Logo, existe a necessidade da especialização visando o desenvolvimento humano, da mente e do cérebro, há a transição do sacrifício à expansão dos indivíduos, o que resulta em conflitos e escolhas, uma ruptura entre ciência e trabalho, já que o capitalismo limita os trabalhadores ao ensino da prática.

Compreende-se que na sociedade capitalista há um contexto educacional que levou à construção de um currículo unilateral, abrindo mão da onilateralidade humana. Sabendo de tal limitação, pressupõe-se que não é possível um currículo plenamente onilateral, mas que é possível dentro das limitações utilizar uma abordagem dentro das próprias disciplinas, onde as seguintes dimensões devem ser trabalhadas: científica, técnica, ética-estética, e sócio-econômica, considerando a forma como as mesmas estão dispostas na sociedade.

A escola tem como função transmitir os conhecimentos científicos tomados como clássicos, básicos, fundamentais no sentido de produzir o homem homogêneo e genérico, consciente de sua ação no processo produtivo, da realidade social, mas isso ocorre na sociedade capitalista de forma fragmentada.

Para a formação da onilateralidade é preciso considerar o indivíduo como aquele capaz de se apropriar da objetividade humana e de transformar a mesma em força para a libertação, utilizando-se de idéias, sentimentos, valores, conhecimentos, enfim, do processo de humanização.

Conforme observações realizadas por Frigotto (1995), pode ser presenciado na sociedade capitalista um movimento pela qualificação profissional, o que leva o sistema educacional a atender as demandas econômicas, visando o crescimento da economia, cumprindo as exigências do mercado de trabalho, defendendo assim a formação de um indivíduo polivalente. Pode-se afirmar então que a sociedade vem sendo estruturada conforme a estruturação do sistema de acumulação. Para entender melhor esse processo, na próxima seção será apresentada tal discussão.

1.1 EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO

Considerando que o modo de produção envolve as forças produtivas e as relações de produção, ocorre o aparecimento da sociedade humana, e de acordo com Gonçalves (2009), na comunidade primitiva os homens trabalhavam em

conjunto. Os meios de produção e os frutos do trabalho eram propriedade coletiva, ou seja, de todos. Não existia ainda a idéia da propriedade privada dos meios de produção, nem havia a oposição proprietários e não proprietários.

Conforme a mesma autora, em seguida, com o modo de produção escravista, as relações de produção se caracterizavam por relações de domínio e de sujeição: senhores e escravos. Um pequeno número de senhores explorava a massa de escravos, que eram considerados um instrumento, um objeto, assim como um animal ou uma ferramenta. Os senhores eram proprietários da força de trabalho, que eram seus escravos, e também dos meios de produção, as terras, o gado, as minas, e os instrumentos de produção, assim como do produto de trabalho. A motivação para o trabalho era a sobrevivência.

Com a sociedade feudal constituída pelos senhores e servos, que serviam o senhor em troca de casa e comida como explicitado por Gonçalves (2009), os servos trabalhavam um pouco para o seu senhor e também para eles mesmos. O interesse a fidelidade ao senhor feudal, está no fato de ele proporcionar a utilização de suas terras com objetivo de sua subsistência e subserviência. As relações feudais começaram a dificultar o desenvolvimento das forças produtivas, pois como a exploração sobre os servos no campo aumentava, o rendimento da agricultura era cada vez mais baixo. Porém na cidade, o crescimento da produtividade dos artesãos era freado pelos regulamentos existentes e o próprio crescimento das cidades era impedido pela ordem feudal, começando então a aparecer as relações capitalistas de produção.

Com o modo de produção capitalista reconhece-se a ação do trabalho movida por lucros, baseando-se na propriedade privada dos meios de produção, e no trabalho assalariado. Observa-se a partir dos estudos de Chiavenato (2000) que houve no taylorismo a análise do trabalho e estudo dos tempos e movimentos: que objetivava a isenção de movimentos inúteis, para que o operário executasse de forma mais simples e rápida a sua função, estabelecendo um tempo médio.

De acordo com Chiavenato (2000) esse estudo justifica a preocupação com a fadiga humana: pois, a fadiga predispõe o trabalhador à diminuição da produtividade e perda de qualidade, acidentes, doenças e aumento da rotatividade de pessoal, o que causa impacto no lucro da empresa. A divisão do trabalho e especialização do operário com o desenho de cargos e tarefas possibilitou economizar tempo, e também tornou possível especificar o conteúdo de tarefas de

uma função, como executar e as relações com os demais cargos existentes; os incentivos salariais e prêmios por produtividade.

Ainda abordado por Chiavenato (2000) pode-se relatar: as condições de trabalho adequadas, já que o conforto do operário é essencial para o ganho de produtividade; a padronização: objetivando a aplicação de métodos científicos para obter a uniformidade e reduzir os custos; a supervisão funcional: logo, os operários são supervisionados por supervisores especializados, e não por uma autoridade centralizada; o homem econômico: o mesmo é motivado por recompensas salariais, econômicas e materiais; neste modo de produção a empresa é vista como um sistema fechado, isto é, os indivíduos não recebem influências externas. O sistema fechado é mecânico, previsível e determinístico.

Considerando essa abordagem de Chiavenato (2000), torna-se possível ressaltar que com as ferramentas descritas tem-se a organização racional do trabalho. Busca-se a riqueza, a acumulação do capital através da cooperação, da divisão do trabalho.

Paralelamente há a construção do modo de produção fordista que, segundo Gonçalves (2009), por sua vez é caracterizado pela produção em série em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações.

Com ele busca-se o aperfeiçoamento do modelo taylorista, conforme abordado por Tenório (2000) afirmando que:

Baseados nos princípios de intensificação (que consiste em diminuir o tempo de produção com o emprego imediato dos equipamentos e da matéria-prima, visando a rápida colocação do produto no mercado), produtividade (que consiste em aumentar a capacidade de produção do homem no mesmo período através da especialização e da linha de montagem) e economicidade (que consiste em reduzir ao máximo o volume de estoque da matéria-prima)" (TENÓRIO, 2000, p.2).

Evidencia-se ainda, a criação do fordismo que traz a linha de montagem acoplada a esteira rolante, ferramenta esta que dita o ritmo de produção, reduzindo custos e tempo.

Nesta questão, Bonanno (1999) relata que:

Este modelo industrial aumentou a inclusão de pessoas marginalizadas, há o envolvimento do operário e ampliou significativamente a participação e as oportunidades do trabalho, principalmente nas camadas mais altas da sociedade, modificando estruturas, instituições, comportamentos e formas de mediação de conflitos (BONANNO, 1999, p.2).

Após o fordismo, que prevê a produção e o consumo em massa, observando-se uma mudança no padrão produtivo, importante se faz conhecer a mesma, considerando as características que possui.

Chiavenato (2000) afirma que o toyotismo revela os seguintes princípios: uma mecanização flexível, um processo de multifuncionalização de sua mão-de-obra, incentivando uma atuação voltada para o enriquecimento do trabalho; a implantação de sistemas de controle de qualidade total, onde o mesmo se desenvolvia por meio de todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo; o sistema *just in time* que se caracterizava pela minimização dos estoques necessários à produção de um extenso leque de produtos, com um planejamento de produção dinâmico, onde o objetivo final seria produzir um bem no exato momento em que é demandado; o trabalho em equipe; a gestão participativa; a subcontratação.

Com base nos estudos de Chiavenato (2000), algumas regras foram implantadas, partindo do princípio de que aqueles elementos que não agregassem valor ao produto deveriam ser eliminados: tempo que se perde para consertos ou refugo; produção maior do que o necessário, ou antes, do tempo necessário; operações desnecessárias no processo de manufatura; transporte; estoque; movimento humano; espera. Entende-se que este modo de produção veio para aperfeiçoar um método visando ajustar o sistema de produção aos moldes neoliberais.

Observando a atuação do toyotismo, nota-se o objetivo de ocupar nichos de mercado, com máquinas simples, ao contrário do sistema fordista. Eles não visavam a formação de enormes depósitos de peças e matérias-primas, mas sim a produção em tempo real (*just in time*), atuando em relação estreita com os fornecedores e minimizando os gastos com o gerenciamento de estoques. Dentro das fábricas, os enormes contingentes fordistas deram lugar a um número menor de operários, porém dotados de qualificação superior. Enquanto o trabalhador fordista repetia mecanicamente gestos padronizados, o trabalhador toyotista trabalhava em ágeis

equipes, encarregadas não apenas da produção, mas também do controle de qualidade do produto. O trabalho tornou-se menos burocrático, impulsionado por operários polivalentes, capazes de operar mais de uma máquina (GOUNET, 1999).

1.2 A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA E A ESCOLA

Toda esta evolução dos modos de produção vem ao encontro da atuação da escola que possui como tarefa disseminar o conhecimento científico. Trata-se de um espaço legítimo de formação do cidadão. Esta escola, sendo o local onde se dá a educação sistematizada, também participa da divisão social do trabalho, objetivando prover os indivíduos de elementos culturais necessários para viver na sociedade a que pertence. Logo, a escola capitalista tem na maioria das vezes, como perspectiva essencial o mercado de trabalho.

Porém, a escola deveria contribuir, em sua especificidade, para a atualização histórico-cultural dos cidadãos visando prepara-los para a vivência em sociedade. Isso implica uma preparação para o viver bem, para além do simples viver pelo trabalho e para o trabalho como discutido por Paro (1999).

Reforçando o exposto, Paro (1999) relata que à escola cabe a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado, como foi explicitado pelo autor, é preciso formar,

[...] cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária “reforma intelectual e moral”, de que nos fala Gramsci (1978b) [...] (PARO, 1999, p.12).

A história revela que a sociedade se articula através dos aspectos econômico e político, ou seja, produção e consciência, visando atender a interesses específicos e próprios, utilizando-se sempre da ciência e da técnica, do trabalho pelo capital, resultando em mudanças nas relações de organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais, correspondentes a

civilização urbano-industrial, que é constituída de movimentos contraditórios, inerentes às relações sociais capitalistas (GRAMSCI, 2000).

Sendo assim, o Estado é responsável pelo direcionamento das instituições, pela normatização das relações sociais, conforme descrito no próximo capítulo.

2 ESTADO E EDUCAÇÃO

Para pensar a escola se faz importante refletir sobre as ações do Estado no sentido de promover a inserção do homem no setor produtivo de forma consciente. Neste cenário existem mudanças no que se refere a forma do trabalho, como por exemplo, dos empregos permanentes para formas alternativas de trabalho, ou seja, contrato por tempo determinado, por prestação de serviços, estágios, entre outros, na organização da produção, e nas relações de poder, que por sua vez também buscam sempre uma transformação na sociedade.

Segundo Neves (2005), o Estado intervém nos rumos da produção, e nas relações político-sociais, criando e/ou ampliando direitos, redefinindo ainda, suas funções, acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas por meio da adesão espontânea, passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente por meio de políticas públicas, visando encontrar medidas para cumprir suas funções. Atualmente o que se presencia é a alegação de que não possível ao Estado cumprir com o desenvolvimento e manutenção de políticas públicas o que leva a realização das parcerias entre o setor público e o setor privado. Para que essas parcerias aconteçam, a formulação de políticas públicas passa a ser substituída pela proposição de programas que, de forma flexível, ou seja, por meio de políticas de ação temporárias, revelam o sentido das políticas públicas e da educação.

Neves (2005) tomando Gramsci (2000b) por base para suas análises explica que ao Estado cabe criar novos e mais elevados tipos de civilização, atendendo as necessidades de desenvolvimento contínuo da sociedade como um todo, elaborando assim novos tipos de humanidade. Deste modo é que se justifica a mudança do papel do Estado, à qual deve ser adaptada a sociedade.

Logo, quando se trata de educação considerando que é garantia constitucional a universalização do ensino fundamental, como direito do cidadão e dever do Estado, com as alternativas de educação profissional demandadas por aqueles que ainda não tiveram esse direito assegurado temos trabalhadores, adultos, jovens e adolescentes brasileiros que devem ser respeitados nos seus direitos de educação básica e de educação profissional, e, enfim, as políticas

públicas devem atentar para soluções democráticas que assegurem o atendimento destas demandas. Há que ser considerado que a educação básica vem sendo defendida no cenário brasileiro como direito a fim de garantir saberes que possibilitem aos trabalhadores e cidadãos sobreviver.

Compreende-se que o trabalho como mediação para o bem viver, acontece quando se é preservada a humanidade do homem, ou seja, a sua condição de sujeito, em relação de colaboração, não de dominação, com os demais. Porém, é o que falta no sistema de acumulação capitalista, pois o trabalho é subordinado às regras do mercado, que de certa forma acaba por violentar as condições de exercício de um trabalho emancipador do homem histórico. Do mesmo modo também a educação é adaptada.

Para ter acesso aos meios de produção e poder produzir sua própria existência material, o trabalhador tem de submeter-se às regras do capital, realizando um trabalho forçado, que não serve a ele, trabalhador, mas ao proprietário do capital.

Logo se percebe que diante desse modo de produção o trabalho deixa de ser móvel de realização humana para constituir-se em fonte de aniquilamento do ser humano como sujeito. As potencialidades do trabalho concreto – criador de utilidades (bens e serviços) que possibilitam a emancipação humana – são secundarizadas em favor da precedência absoluta do trabalho abstrato – criador do valor econômico que serve à expansão do capital.

Com isso o trabalhador reconhece que, a escola neste contexto se constitui em espaço indispensável para a apropriação do saber socialmente produzido. Percebe-se que por isso também são garantidas em forma de defesa explícita o direito à educação básica. Parte-se do ponto de que é preciso superar a dualidade estrutural a partir da escola, posto que ela tem suas raízes na divisão social e técnica do trabalho, sendo este um dos temas de estudo de Kuenzer (1998b).

Estas raízes que se fundamentam divisão entre funções intelectuais e instrumentais são abaladas com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Reverter este cenário desestruturado não é tarefa fácil. A mudança será possibilitada se, segundo Frigotto (2004b), a proposta curricular viabilizar: a aquisição dos princípios teórico-metodológicos básicos que estão na base da ciência e da tecnologia contemporâneas; a apropriação de conteúdos histórico-críticos, que permitam a compreensão das relações sociais em seu conjunto; o domínio de

algumas formas tecnológicas que permitam o exercício de funções produtivas; o domínio dos códigos e das formas correntes de comunicação.

Considerando o exposto, observa-se que há uma proposta alternativa para a formação profissional trazida por Kuenzer (1989) que possui sua base fundamentada no socialismo, ou seja, no trabalho como princípio educativo no ensino regular, não admitindo a dualidade estrutural; será politécnico, considerando no conteúdo relação entre conhecimento científico, produção e relações sociais buscando democratizar o saber visando formar um o homem, cidadão e trabalhador, participante como sujeito na vida social, política e produtiva; o método em sala será teórico-prático, unificando saber e processo produtivo, ciência e produção, cultura e técnica, atividade intelectual e manual; será democrático; as instalações físicas serão modernas e atualizadas em benefício ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Nesta proposta de autor, o conhecimento sistematizado necessita ter como base alguns princípios como a totalidade, as relações entre as diversas áreas do conhecimento; a historicidade, articular os novos conhecimentos com os antecessores já assimilados; a provisoriedade, ou seja, o conhecimento não é um caminho de certezas; há contradição, pois a mudança acontece a partir das contradições; a realidade como base de construção do conhecimento, a relação entre sujeito e objeto; a concepção de mundo, as experiências; enfim, é preciso ter técnicas dinâmicas de ensino buscando a formar o homem em sua totalidade.

Considerando que a escola reproduz a vida, observa-se neste cenário a instrução como uma necessidade de vida, que visa a formação de homens capacitados para o controle e promoção de suas atividades; e a ciência um mundo novo de conhecimentos e disponibilidades que promove uma nova coordenação do saber, articulando o conhecer e o fazer; há a integração entre a vida e a ciência tendo que ser trabalhados dentro do contexto educacional de forma a superar a alienação concreta, produzida historicamente pela divisão do trabalho, o intelectual e o manual, motivando promover o desenvolvimento onilateral do indivíduo.

Do exposto considera-se que, no contexto educacional os conteúdos trabalhados são relacionados ao trabalho como forma de existência moderna, como meio geral de criar riqueza, e mostra-se através da socialização das formas de produção moderna, que abrange a cooperação planejada, visando desenvolver a faculdade da espécie; a manufatura, relatando a especialização unilateral, e a

limitação dos indivíduos; a grande indústria, com a divisão do trabalho; a forma capitalista moderna, onde os operários são objetos, parte de um sistema mecânico e a ciência separada deste cenário; logo não há uma relação do trabalho enquanto constituição do ser, e é preciso ter a consciência de que o vínculo entre o trabalho produtivo e o ensino é um dos meios de transformação da sociedade atual.

Importante se faz destacar uma discussão em que Lênin (*Apud* MANACORDA, 1991) afirma que não se pode conceber o ideal de uma sociedade futura sem unir ensino a trabalho produtivo das novas gerações, pois é preciso conhecer o estado em que se encontra o conhecimento científico na teoria e na prática, onde se tenha como objetivo a preparação de homens unilateralmente aptos, capazes de tudo fazer.

Considerando os argumentos apresentados, relevante se faz trazer a discussão abordada por Marx (1968), que relata que com uma nova e elevada sociedade a partir do desenvolvimento unilateral dos indivíduos, será possível cada um ter e seguir seus objetivos conforme suas capacidades e necessidades, sem estar fundados sobre a propriedade privada dos meios de produção.

O trabalho é abordado como possuidor de essência subjetiva na propriedade privada, é historicamente determinado, de forma que priva o operário da consciência e da vida, portanto é uma atividade alienada que por sua vez aliena o homem, expropriando-o da vida, pois os predestina a membros de uma classe, onde essa condição só será eliminada com a superação da propriedade privada e do próprio trabalho.

É claro que aqui não se deixa de considerar que os homens distinguem-se dos animais pela consciência, pela religião, por vários aspectos, porém, na realidade, essa distinção se concretiza quando os homens começam a produzir os seus meios de subsistência, a criação de meios para satisfazer suas necessidades, a produção da vida material, trazendo então a primeira ação histórica – o trabalho.

A necessidade do trabalho propicia o desenvolvimento da individualidade, fato que revela uma necessidade historicamente desenvolvida.

Logo, Marx (*Apud* MANACORDA, 1991) afirmou que o homem é homem na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é, os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configura como uma relação não limitada a apenas uma parte da

natureza, mas, pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico; e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo e, ao assim fazer, modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana.

Percebe-se então que o trabalhador na sociedade capitalista muitas vezes tem atuação/função unilateral, aviltado, mutilado, aleijado, é incapaz de fazer algo de independente, intelectual e fisicamente sendo subordinado à máquina, condição geral da humanidade que dela deriva. Porém, com o trabalho, há a possibilidade da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

Com a onilateralidade há uma totalidade de capacidades produtivas, os homens são capazes de superar o trabalho dividido, por meio da unidade de trabalho e ensino. Já a educação muitas vezes é causadora da unilateralidade, abrangendo, entre outras coisas, a problemática da interação entre escola e sociedade, pois há uma alta especialização por cujo intermédio se chegaria a mais alta possibilidade de desenvolvimento humano.

A fim de tornar mais claro o exposto, reforça-se a consideração de Manacorda (1991):

Trabalho onilateral e não-trabalho igualmente onilateral como desenvolvimento das potências universais da mente, do cérebro humano: é esta a manifestação do homem. Porque, se a produção capitalista dilapida os homens (dilapida não apenas sua carne e seu sangue, mas também seus nervos e seus cérebros), no entanto, justamente “por meio do mais monstruoso sacrifício do desenvolvimento dos indivíduos, assegura-se e se realiza, sobretudo, o desenvolvimento da humanidade nesta época histórica que, imediatamente, antecede a reconstituição consciente da sociedade humana”. Esta reconstituição (uma expressão que, uma vez mais, coloca toda a problemática do homem numa dimensão histórica) significa a transição do sacrifício à expansão dos indivíduos, tornada objetivamente necessária pelas mesmas forças objetivas criadas pela sociedade em seu contraditório desenvolvimento que tem “necessidade de homens novos” (MANACORDA, 1991, p.84).

Logo, há a possibilidade de uma vida onde os conflitos e as escolhas impliquem uma vontade libertada de servidões particulares, e haja a superação da

ruptura ocorrida na fábrica entre a ciência e o trabalho, reintegrando a onilateralidade. Onilateralidade está objetivada pela Secretaria de Educação do Paraná, através da unificação entre ciência, trabalho e cultura, conforme abordaremos noutro capítulo. Com a sociedade capitalista há a limitação dos trabalhadores ao ensino da prática, há a divisão do trabalho que aprisiona os operários a um determinado ramo da indústria e muitos não possuem de mobilidade profissional causada pela divisão do trabalho.

Visando a superação deste estado previsível de desenvolvimento é preciso adquirir conhecimentos, científicos e tecnológicos da produção e a capacidade de manejar os instrumentos essenciais das várias profissões, isto é, de trabalhar com o cérebro e as mãos, obtendo uma plenitude de desenvolvimento humano.

Manacorda (1991) revela o conceito marxista, que traz a “pluriprofissionalidade”, opondo-se a idéia da “onilateralidade” do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado.

A escola neste cenário segundo o autor deve ensinar matérias como as ciências naturais e a gramática e todo o resto os jovens devem assimilar da própria vida, do contato direto com a experiência dos adultos. É preciso também um ensino rigoroso de noções e de técnicas – ligada ao trabalho de fábrica e fundamentada na teoria e na prática de uma moderníssima ciência da tecnologia. A estrutura da escola deve reproduzir a vida. Marx (1968) com seus apontamentos pretende ter a diferença de classes superadas.

A formação do aluno deve ser completa, não visando somente uma formação voltada para a conquista do lucro, porém alguns autores acreditam que esta visão é uma utopia, como por exemplo, Kuenzer (2005) ao afirmar que:

Do ponto de vista do currículo, da politecnia deriva o princípio pedagógico que mostra a ineficácia de ações meramente conteudistas, centradas na quantidade de informações que não necessariamente se articulam, para propor ações que, permitindo a relação do aluno com o conhecimento, levem à compreensão das estruturas internas e formas de organização, conduzindo ao “domínio intelectual” da técnica, expressão que articula conhecimento e intervenção prática. A politecnia supõe, portanto, uma nova forma de integração de vários conhecimentos, através do estabelecimento de ricas e variadas relações que quebram os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência.

Do ponto de vista da organização do trabalho pedagógico, a politecnicidade implica em tomar a escola como totalidade, em compreender a gestão como prática social de intervenção na realidade tendo em vista a sua transformação, e em uma nova qualidade na formação dos profissionais da educação, pedagogos e professores, a partir de uma sólida base comum que tome as relações entre sociedade e educação, as formas de organização e gestão do trabalho pedagógico, as políticas, os fundamentos e as práticas educativas, que os conduza ao “domínio intelectual da técnica”. A partir desta concepção, algumas conclusões se impõem; a análise do exercício laboral e da formação dos chamados trabalhadores flexíveis mostra que, embora presente no discurso a recomposição da unidade, nunca estiveram tão distantes da prática o poder de decidir, de criar ciência e tecnologia, de intervir em processos cada vez mais centralizados, tecnológica e gerencialmente. Pelo contrário, o trabalho da maioria está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação. Do que se conclui que, do ponto de vista da gestão empresarial, a recomposição da unidade do trabalho não passa de ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica (KUENZER, 2005, p.12).

É o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia que põe em crise o velho princípio educativo que se fundamenta na rígida divisão entre funções intelectuais e instrumentais, segundo ainda a concepção de Kuenzer (1989):

É preciso ter claro que não é possível superar a ruptura entre trabalho intelectual e instrumental, através da politecnicidade, dentro da escola, uma vez que a sociedade continua perpassada pela divisão social e técnica do trabalho, de modo a assegurar a hegemonia do capital. Contudo, é preciso considerar que, se a escola politécnica é, essencialmente, a escola demandada pela classe trabalhadora, ela está sendo posta como necessidade também do desenvolvimento capitalista, que já não se satisfaz com o intelectual do velho tipo. Avançar neste sentido talvez seja, portanto, abrir uma brecha para a construção da nova sociedade, senão enquanto projeto imediato, pelo menos enquanto utopia, a dirigir os esforços na criação das condições que se fazem necessárias à sua concretização (KUENZER, 1989, p.28).

Há dificuldade em implementar a formação unilateral, pois o modo de produção capitalista reforça a divisão entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, fato que vem a promover acumulação flexível revelando um trabalho intelectual, que compete cada vez a um número menor de trabalhadores, estes sim, com formação flexível resultante de prolongada e contínua formação de qualidade, e o trabalho instrumental cada vez mais esvaziado de

conteúdo. Observa-se então, de forma contraditória a junção de trabalho e um pouco de conhecimento sobre o trabalho, no entanto não deixa de haver superação da condição de trabalho e de vida do trabalhador.

3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Com este capítulo pretende-se promover uma reflexão sobre o movimento das políticas do Estado voltadas para o Ensino Médio Integrado, considerando que estas ações indicam qual o caminho a ser percorrido para a formação destes alunos, tornando este estudo fundamental, pois a formação docente é norteadada por estas políticas.

Sendo o Estado educador, universalizador do ensino, agente de integração responsável pela evolução da sociedade nos seus âmbitos político, econômico, intelectual, moral, cultural e social, apresenta ações que visam o desenvolvimento do aparelho econômico de produção, do mercado de trabalho, que é referência, quando o objetivo é promover a formação do homem de forma integral, para que possam ser agentes na sociedade, que saibam participar na tomada de decisões, que saibam atuar de uma forma consciente nas ações que contribui para decidir (NEVES, 2005).

Considerando o trabalho e a educação elementos chave para a emancipação da vida humana na sociedade contemporânea, observando que as relações de produção abrangem os proprietários dos meios de produção e força de trabalho, entende-se que esta é uma discussão que deveria ser encaminhada nas escolas, envolvendo professores, alunos, comunidade de forma geral.

O currículo conforme abordado no capítulo anterior é fundamental na consolidação do processo de ensino e aprendizagem para formação onilateral.

No estado do Paraná no governo Requião, a educação profissional oferece a proposta de um currículo com objetivo de unir os conhecimentos tecnológicos, os conhecimentos a respeito do trabalho e das relações sociais, os conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados, ou seja, a formação deve ser onilateral.

Em decorrência, criaram-se políticas públicas que anteriormente nortearam a educação profissional como as destacadas abaixo:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) – que tornou o Ensino Médio dissociado da Educação Profissional. Deste modo o Ensino Médio

passou a fazer parte da Educação Básica enquanto a Educação Profissional ficou desconectada, aparentando ser eminentemente técnica.

- Decreto nº. 2.208/97 – Esse Decreto normatiza a Educação profissional a partir da LDBEN de 1996. Nele foi prevista a educação profissional sendo realizada nos níveis básico, técnico e tecnológico.

- Decreto nº. 5.154/04 – Esse Decreto representou a busca de uma integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Foi o ponto de partida para as iniciativas de integração.

- Concomitantemente a esse processo foram elaboradas as Diretrizes Curriculares tanto para o ensino médio quanto para a educação profissional de modo separado, explicitando a separação entre conhecimento e atividade de trabalho.

No governo Jaime Lerner (1994-2002), momento em que vigorava o Decreto 2.208/97, houve um movimento para o atendimento a demanda de mercado existente.

Um dos principais desafios para a concretização da educação profissional é a grande necessidade de recursos financeiros, pois o mesmo é imprescindível para manutenção e expansão da mesma a ser ofertada em nível público estadual.

Ainda no governo Lerner, a Educação Profissional encontra-se nos Centros Estaduais de Educação Profissional – CEEP, gerenciada pela PARANATEC, uma agência social

Todo este movimento pode ser observado, conforme abordado por Bento (2007):

A reforma da Educação Profissional apresentada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 e pelo Decreto n. 2208/97, definiram a estrutura desta modalidade de ensino como complementar devendo, portanto, a profissionalização de nível técnico ser ofertada de forma concomitante ou seqüencial ao Ensino Médio. No Estado do Paraná a implantação da reforma da Educação Profissional de nível técnico ocorreu de forma impactante, como já foi apresentado em diversos documentos, uma vez que a política educacional da época (1997) foi decidida sob a influência da fase de negociações do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – (PROEM) - financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Ao assumir a proposta do BID, o Estado do Paraná imediatamente suprimiu, a partir de 1996, a oferta das chamadas “habilitações técnicas”, para que os estabelecimentos de Ensino Médio

passassem a ofertar na rede estadual o Ensino Médio somente em sua forma “propedêutica”.

Neste período, ao mesmo tempo em que se desativava os cursos profissionalizantes, também foi realizada a implantação da Reforma do Ensino Médio, seguindo as orientações previstas no Parecer 15/98 e Resolução 03/98, ambos do Conselho Nacional de Educação. Com base na política de implantação do PROEM, foi instituída a Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional - PARANATEC - a qual passou a ser responsável pelo gerenciamento dos cursos de nível técnico na Rede Estadual e, conseqüentemente, pelas diretrizes para esta modalidade de ensino, bem como pelas implicações e conseqüências que hoje se apresentam. A proposta desencadeada pela PARANATEC resultou na expansão dos cursos técnicos na rede privada, em detrimento de sua oferta nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual (BENTO, 2007, p.6).

No governo Requião, visando melhor atender a demanda de Educação Profissional foi implantado na estrutura da Secretaria do Estado da Educação o Departamento da Educação Profissional (Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos, 2006), sendo uma das iniciativas para a execução da mesma na gestão 2003/2006, onde sua função implicou na retomada da oferta da Educação Profissional já que ocorreu o encerramento das atividades da Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional (PARANATEC), que até 2002 gerenciava a Educação Profissional no Estado, instituída como resultado do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná (PROEM).

Logo, com a criação deste departamento, segundo o documento Fundamentos Políticos Pedagógicos da Educação Profissional (2005), foi possibilitada a reflexão sobre as diretrizes relacionadas a esta política e ações foram tomadas considerando a ciência, o trabalho e a cultura, categorias indispensáveis à formação de todo cidadão, e a tendo a práxis como eixo organizador das atividades de ensino objetiva-se a formação onilateral do aluno. Também houve a preocupação com a expansão e reestruturação curricular, a instituição de quadro próprio de professores para esta modalidade, a formação continuada dos profissionais, a melhoria da estrutura física e material dos estabelecimentos e a sua manutenção sem a cobrança de taxas de qualquer natureza.

No ano de 2003 foi promovido o I Seminário Estadual de Educação Profissional que objetivou a discussão de ações em prol da melhoria da educação profissional no Estado, sendo o currículo e a organização curricular objeto de estudo considerando a união entre Educação Profissional e Ensino Médio. Este processo de

reflexão gerou os Pareceres nº. 1.095/03 e nº. 1.028/03 que norteiam as propostas curriculares do setor primário, secundário e algumas do terciário.

A implantação da Educação Profissional de forma integrada ao Ensino Médio exigiu mudanças de práticas organizacionais, pedagógicas e, de concepção de currículo e ensino, abrangendo recursos financeiros para o acompanhamento curricular, e formação continuada dos profissionais envolvidos neste processo educacional.

A partir do exposto é possível observar que há a necessidade de uma política curricular que conceba a formação de seus alunos intimamente ligada aos princípios pedagógicos do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia, os quais devem estar presentes nas atividades de ensino/aprendizagem planejadas e desenvolvidas na escola, discutida e assumida pelo coletivo de seus profissionais e devidamente sistematizada em seu Projeto Político Pedagógico.

As análises permitem entender que as ações voltadas à execução do Ensino Profissional de forma integrada ao Ensino Médio resultaram neste primeiro momento a junção da formação básica e técnica num único currículo, ressalta-se que o princípio educativo norteador é aquele que considera o homem em sua totalidade histórica, com articulação entre o trabalho manual e intelectual resultando na formação de pessoas que compreendam a realidade e possam atuar como profissionais.

O currículo nesta modalidade de ensino deve articular e integrar os conhecimentos geral, técnico e tecnológico. Percebe-se uma valorização da construção coletiva, onde há a articulação entre o individual e o coletivo, valorizando as diferenças, criando uma convergência de interesses em torno de uma visão compartilhada da sociedade, repleta das múltiplas e diversas experiências de seus sujeitos, sendo necessária a problematização dessas experiências, abrangendo as relações de produção desenvolvidas que revelam o tipo de ser humano que se quer formar.

Analisando a proposta, entende-se que o projeto de ensino médio integrado à educação profissional objetiva centralizar e aprofundar o caráter humanista, próprio do ato educar. Essa integração deve espelhar os conflitos, ambigüidades e contradições presentes no sistema de acumulação, assim como as mudanças tecnológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

3.1 INICIATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

Para tornar a proposta do Estado realidade foi preciso a compreensão do trabalho como princípio educativo. Logo é indispensável possuir/desenvolver metodologias pedagógicas que possibilitem diferentes técnicas de trabalho, visando a formação da consciência, ou seja, propósitos institucionais, que objetivem consolidar, unir as principais medidas a serem adotadas para execução dessa proposta.

Conforme trabalho apresentado pela Professora Doutora Yvelise Arco-Verde, da SEED – Secretaria de Estado da Educação e da SUED – Superintendência da Educação, no simpósio – Formação das Equipes Pedagógicas para atuarem nas escolas de Educação Profissional em Faxinal do Céu, no ano de 2008, a Formação Docente Continuada objetiva a melhoria da qualidade da educação pública, com possibilidades concretas de transformação da realidade educacional, seguindo os princípios de caráter democrático, valorização profissional, e atendimento à diversidade.

De acordo com o trabalho supracitado, a formação continuada poderia acontecer de forma presencial, semipresencial, e à distância, sendo disponibilizada em diferentes formatos e modalidades de eventos, com uma multiplicidade de propostas a fim de atender as diversas demandas da formação continuada, com modelos integrados de formação: cursos com produção de material (impresso ou outra mídia a fim de que possa ser repassada para outros profissionais envolvidos, socializando as idéias trabalhadas – inclusive cadernos temáticos), grupos de estudos, rede de formação, entre outros. Usando-se das tecnologias, como por exemplo, Paraná Digital – laboratório; TV Paulo Freire; Portal Dia-a-Dia Educação; TV Pen-Drive (2008); Plataforma Moodle – PDE; Monitoramento do PDE; Sacir - Sistema de Acompanhamento Integrado em Rede; entre outros.

Neste cenário consta também o Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - PDE-PR, que revela uma nova política de formação continuada da Rede Pública de Educação, uma articulação do saber docente; a educação básica aliada ao conhecimento, ciência e tecnologia, visando compreender o professor como sujeito epistemológico; estimulando à formação continuada ao longo da carreira; articulando as diferentes formas de capacitação encontradas na rede; atuando como o eixo norteador das políticas de formação

continuada junto aos diferentes Departamentos e Coordenações da SEED; utilizando a escola de Educação Básica como referência das reflexões e ações; tendo compromisso com as principais demandas escolares – pensando sobre as Práticas Sociais dentro da Escola; produzindo coletivamente; inserindo-se na Universidade; trabalhando em Rede; elaborando propostas para o Desenvolvimento Educacional do Estado; criando grupos profissionais de gestores de políticas educacionais públicas.

E ainda como legislação base podem ser citadas:

- Resolução nº 1457/2004 – Institui a Coordenação de Formação Continuada;
- Resolução 2368/07 – Dispõe sobre a pontuação dos eventos de formação, qualificação profissional e produção do professor;
- Resolução 2007/05 – Dispõe sobre a Formação Continuada por meio do Programa de Capacitação dos Profissionais da Educação da Rede Estadual;
- Instrução 03/2004 – SUED/SEED – estabelece normas para propostas de capacitação;
- Instrução Conjunta 01/2005, 06/2006, 02/2007 – normatizam a oferta de Grupos de Estudo;
- Instituição do Conselho de Capacitação.

Segundo abordado por Sandra Regina de Oliveira Garcia - Chefe do Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação, Departamento de Educação e Trabalho, em sua apresentação aos Grupos de Estudos em 2010 com o tema “Os princípios que norteiam a Educação Profissional e o Currículo do Ensino Médio Integrado”, afirma que:

A proposta de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Estado do Paraná é um compromisso com a melhoria da Escola Pública, com a qualidade de ensino e a valorização dos Profissionais da Educação. [...] Enfim, esperamos que o Grupo de Estudo contribua para um melhor repensar das ações pedagógicas e da prática escolar dos Profissionais da Educação, pois, o foco principal é **a formação humana do educando**, que requer apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico sociais pela via escolarizada (GARCIA, 2010).

Este movimento revela a preocupação do Estado em promover ações que melhorem a atuação docente na Educação Profissional considerando a formação humana, tendo o trabalho como princípio educativo articulando trabalho, tecnologia, ciência e cultura objetivando a formação onilateral do aluno, respeitando a diversidade. Ou seja, não há como dissociar as atividades manuais e intelectuais, pois o pensamento sempre se faz presente. Os conhecimentos são construídos pelos homens através do trabalho.

Conforme discutido na Semana Pedagógica do ano de 2008 e no texto “Princípios Políticos e Pedagógicos que subsidiaram as discussões das capacitações realizadas pelo DET/SEED até a presente data” pode ser observado:

[...] O compromisso com uma Educação Profissional adequada aos que vivem do trabalho, ao tomar como princípio educativo o trabalho, implica em desenvolver um percurso educativo em que estejam presentes e articuladas as duas dimensões, a teórica e a prática, em todos os momentos da formação, contemplando ao mesmo tempo uma sólida formação científica e a formação tecnológica de ponta, ambas sustentadas em um consistente domínio das linguagens e dos conhecimentos sócio-históricos. Isto significa afirmar que a proposta político-pedagógica terá como finalidade o domínio intelectual da tecnologia, à partir da cultura. O que vale dizer, contemplará no currículo de forma teórica/prática, os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diferentes tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, tomados em sua historicidade. Desta forma, permitirá ao aluno dos cursos de formação profissional, com base na formação em nível médio, compreender os processos de trabalho e em suas dimensões científica, tecnológica e social, como parte das relações sociais. Enfim, sintetizando, assumimos uma concepção de Educação Profissional alinhada com o trabalho como princípio educativo, que considera o homem em sua totalidade histórica e a articulação entre trabalho manual e intelectual, presentes no processo produtivo contemporâneo, bem como, as controvertidas implicações daí decorrentes no âmbito dos processos de formação humana para o trabalho. O currículo de cada curso concebido de forma coletiva, mas, como currículo único para cada curso, com organização curricular por disciplinas, integrando conhecimento e conteúdos para que não haja sobreposição dos mesmos [...] (MRG, 2008).

Ainda neste documento, torna-se importante considerar as dimensões teórico-metodológicas da Educação Profissional, sendo as seguintes: tomar o trabalho como princípio educativo; a integração entre conhecimento básico e aplicado; o tratamento metodológico privilegiará a relação teoria/prática e

parte/totalidade; os conteúdos que compõem cada percurso formativo deverão ser organizados de modo a integrar as dimensões disciplinar; os conteúdos da área de comunicação; os conteúdos sobre as determinações sociais, políticas e econômicas; as relações entre ciência, cultura e sociedade.

Após o exposto, reconhece-se que na gestão Requião a SEED/PR, através do Departamento de Educação Profissional foram instituídas ações significativas de formação docente para operacionalização do ensino profissionalizante, ressaltando o empenho dos profissionais da educação e a necessidade da formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste trabalho de conclusão de curso era identificar a existência e execução de políticas/ações de formação docente que atuaram no ensino profissionalizante no estado do Paraná no período de 2007-2010.

Diante das exigências contemporâneas para a educação profissional questionávamos: que formação foi promovida pela rede estadual paranaense para os professores que atuam na educação profissional no governo Requião que compreende o período de 2007 a 2010? O que o docente precisa saber além do saber específico? O que é imprescindível para fazer o trabalho pedagógico?

Com estas indagações definimos o objetivo geral deste trabalho levantar dados sobre a formação continuada dos docentes da educação profissional no governo Requião. A partir daí tivemos como objetivos específicos analisar os pressupostos orientadores da reforma, e discutir a concepção de formação profissional.

Para alcançar o objetivo foi necessário compreender a proposta da formação continuada e por este motivo percorremos por uma pesquisa sobre a educação e trabalho na sociedade capitalista, a evolução das formas de produção, a relação entre a produção capitalista e a escola, as políticas educacionais do estado do Paraná e o ensino médio integrado, e as iniciativas de formação docente no estado.

Possível foi identificar a formação continuada na educação profissional centrada na discussão para a fundamentação na formação onilateral. As ações do estado para a formação docente foram variadas visando atender o maior número de docentes possíveis através das formas presencial e a distância, contribuindo para a formação da fundamentação da equipe de ensino.

Um dos passos inicialmente planejados, e que possibilitaria a reconhecer como foi esse processo de fato, seria entrevistas com os docentes que participam da Educação Profissional, porém pelo tempo e amplitude do assunto isso não foi possível.

O presente estudo contribui para a formação, pois, enriquece o trabalho do profissional Pedagogo, demonstrando a importância da sua atuação de forma integrada com os docentes visando a formação docente para a atuação no ensino profissionalizante.

REFERÊNCIAS

- BENTO, M. A. B., **O currículo do ensino médio integrado à educação profissional: uma reflexão necessária.** II Congresso Paranaense de Educação Profissional, Faxinal do Céu-PR, outubro, 2004.
- BOCK, A.; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia.** 5ªed. Reformulada. São Paulo: Saraiva, 1993.
- BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e pósfordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente - Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Editora universitária da UFPE, 1999.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.(Orgs.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília, MEC, SEMTEC, 2004b.
- SACRISTÁN, J.G **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 1998.
- GONÇALVES, G. **Processo de produção.** Disponível em: <http://www.monografias.brasilecola.com/sociologia/processos-producao.htm>
Acessado em: 26/03/2010.
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** Editora Boitempo, São Paulo, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2000a. v.3.
- _____. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2000b. v.2.
- KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- _____. **O trabalho como princípio educativo.** São Paulo, Cortez, 1989.

_____. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-125, ago. 1998b.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos Para Quê?** São Paulo: Cortez. 2000.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**/Trad. de Newton Ramos de Oliveira. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

NEVES, L. M. W. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p.19-39.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, C. J. [et al]. **Trabalho, formação e currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo, Xamã, 1999, p. 101-120.

PIASSA, Z. A. C. **Como Fênix renascida das cinzas: análise do processo histórico do curso de Formação de Docentes em nível médio no Estado do Paraná**. 2006. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina.

PIÉRON, H. **Dicionário de Psicologia**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 8ªed. Campinas: Autores associados, 2003.

TENÓRIO, F. G. **Flexibilização organizacional, mito ou realidade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.